

Inovações em Conteúdo, Método e Gestão

Gestão do Ensino e da Aprendizagem

Anos Iniciais
Ensino Fundamental



Realização

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO

PRESIDENTE

Marcos Antônio Magalhães

EQUIPE DE DIREÇÃO

Alberto Chinen

Juliana Zimmerman

Thereza Barreto

CRÉDITOS DA PUBLICAÇÃO

Organização: Thereza Barreto

Coordenação: Amalia Ferreira

Supervisão de Conteúdo: Thereza Barreto

Redação: Renata Campos e Thereza Barreto

Leitura crítica: Alberto Chinen, Amalia Ferreira e Elizane Mecena

Edição de texto: Korá Design

Revisão ortográfica: Palavra Pronta

Projeto Gráfico e Diagramação: Korá Design

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO

JCPM Trade Center

Av. Engenheiro Antônio de Góes, 60 - Pina | Sala 1702

CEP: 51010-000 | Recife, PE

Tel: +55 81 3327 8582

www.icebrasil.org.br

icebrasil@icebrasil.org.br

2ª Edição | 2019

© Copyright 2018 - Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. "Todos os direitos reservados"





Olá, Educador!

Esse é o **Caderno Inovações em Conteúdo, Método e Gestão – Gestão do Ensino e da Aprendizagem**. Nele você conhecerá os procedimentos, processos e instrumentos relativos à Gestão do Ensino e da Aprendizagem concebidos para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Aqui apresentamos considerações sobre avaliação da aprendizagem; o Guia de Ensino e de Aprendizagem como recurso muito importante para a cogestão destes processos e o Conselho de Classe, foro privilegiado que contribui para a melhoria contínua dos resultados das crianças e, por conseguinte, para a realização da visão da escola.

Os principais temas abordados neste Caderno são:

- **Avaliação**
- **Guia de Ensino e de Aprendizagem**
- **Conselho de Classe**

Desejamos que você realize bons estudos e desenvolva excelentes práticas.

Instituto de Corresponsabilidade pela Educação





A parte que vem antes

*Mudanças se efetivam, mas, e as práticas?
A mudança advém da capacidade processual
dos fenômenos se desfazerem e se reconstruírem.*

Thereza Barreto

Alinhado às expectativas de formação para atuar neste século, o Modelo da Escola da Escolha busca responder às mudanças sociais inserindo inovações em conteúdo, método e gestão. Nessa perspectiva, a avaliação é um processo que não ocorre em um vazio conceitual, mas sob parâmetros de um modelo teórico de uma percepção de mundo e, consequentemente, de educação, traduzida em prática pedagógica.

A avaliação é prática processual que se põe a serviço da aprendizagem das crianças a partir da identificação dos seus avanços e retenções e deve estar comprometida com o seu processo de formação nas várias dimensões humanas, assegurando que a criança compreenda o mundo em que vive para que dele possa usufruir e nele esteja preparada para atuar.



Avaliação da aprendizagem



Nas últimas décadas, um verdadeiro estado de efervescência foi gerado, tanto em nível nacional quanto internacional quando se fala em avaliação. Ela corresponde a um dos mais importantes aspectos do ensino que ainda é tratado como não-problemático, quando visto apenas como um conjunto de resultados técnicos (Fairbrother & Harrison, 2001).

Tratando da avaliação na dimensão do professor e do estudante em seu cotidiano, indicadores demonstram que os procedimentos de avaliação no interior das escolas permanecem vinculados à dicotomia aprovar X reprovar, caracterizando a avaliação ainda como prática predominantemente somativa e elegendo os resultados finais como única representação do aprendizado do estudante ou em muitas situações, associando esses resultados ao julgamento de valores, atitudes e características pessoais.

Essa posição reforça a ênfase dada ao enfoque técnico da avaliação da aprendizagem disseminada nas escolas e políticas públicas no Brasil ao longo de muitas décadas, o que nos remete à necessidade de construção de novas bases para a organização do trabalho pedagógico na sala de aula e na escola, aí incluindo-se o seu regimento e sistema de avaliação em profunda articulação com o seu projeto político-pedagógico.

Nenhuma outra temática no âmbito da escola suscita tantas inseguranças como a avaliação. Ela encerra aspectos dissonantes entre os seus objetivos proclamados e aqueles exercidos, na medida em que, ao invés de possibilitar ao professor diagnosticar a ocorrência e a não ocorrência da aprendizagem para fins de redimensionamento do trabalho pedagógico, exerce funções que fazem a criança afastar-se da escola, dificultando o seu percurso e, às vezes, até mesmo eliminando-o.





A aprendizagem é o principal alvo da escola e a avaliação deita-se no coração deste processo

A prática avaliativa é condicionada à concepção que o professor tem do processo mais amplo que é o processo de ensino e de aprendizagem, no qual a avaliação está inserida. Se há o reconhecimento da função da avaliação enquanto prática que deve fornecer elementos para o redimensionamento e organização do trabalho pedagógico do professor, então é possível inferir que o professor, ao avaliar a sua orientação metodológica e associá-la aos resultados das aprendizagens das crianças, entende que também está avaliando a sua própria prática. **Essa é a referência para a prática avaliativa da Escola da Escolha** porque a essência do ato avaliativo não é um percurso linear, mas um percurso com implicações baseadas em desequilíbrios, interações, diferenças e transformações. Por isso, avaliar um teste é mais que aplicar um teste, aferir uma medida, fazer uma observação, julgar uma conduta ou característica pessoal.

Nesse processo de formação humana, o importante não é saber se o estudante merece esta nota ou aquele conceito, mas reconhecer na avaliação também um instrumento auxiliar do processo de aprendizagem que, se espera, justo, prazeroso e inalienável ao homem, na conquista do conhecimento, fruto da experiência humana socialmente construída.

Mecanismos de avaliação, acompanhamento e observação

A avaliação é concebida como um instrumento de gestão do ensino e da aprendizagem e deve demonstrar até que ponto as intenções educativas e os objetivos dos professores, em todos os níveis, foram alcançados. Ela possibilita o ajuste do apoio pedagógico adequado às características e necessidades de cada uma das crianças e se compromete com a melhoria contínua dos processos de aprendizagem e dos resultados. Requer a elaboração cuidadosa do seu planejamento e implementação para apoiar o controle e a revisão do Plano de Ação da escola e respectivos Programas de Ação da Equipe Escolar.

Elemento integrante do processo de ensino e aprendizagem, fornece informações importantes, apoia e orienta as ações do professor, da criança e da própria escola. Oferece às Equipes Escolares ferramentas gerenciais que permitem não apenas agir sobre os resultados medidos (indicadores de resultado), mas sobre os processos (indicadores de processo), assegurando uma previsibilidade com alto grau de acerto do resultado esperado.



O que a avaliação requer:

- **Que todas as dimensões do trabalho escolar sejam avaliadas – estudante e professor** – com o objetivo de identificar as lacunas e dificuldades a ser superadas;
- Uma ação mediadora, emancipatória, **dialógica**, integradora e participativa;
- **A comunicação enquanto eixo norteador** para a reorientação dos trabalhos do professor e do estudante;
- O exercício da corresponsabilidade, na medida em que **estudante e professor se comprometem com o que fazem**, ou seja, com o desenvolvimento da aprendizagem.

O que considera a avaliação:

- **O progresso individual** que tem como referência a posição em que o estudante se encontra em seu processo de aprendizagem, em termos de conteúdos, competências e habilidades;
- **O esforço do estudante** na condução de seu desenvolvimento e outros aspectos não especificados no currículo;
- Os vários momentos e situações em que certas capacidades e ideias são usadas e **que poderiam ser classificadas como “erros”, mas que fornecem informações diagnósticas**;
- **Todas as dimensões da aprendizagem**: cognitiva, afetiva, psicomotora, social.

DIFERENTES TIPOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS NA ESCOLA DA ESCOLHA E SEUS PRINCIPAIS OBJETIVOS

Inicial - Deve ser realizada na abertura do ano letivo. A avaliação inicial tem a função de **diagnosticar as aprendizagens adquiridas**, contribuindo para o planejamento do professor. Deve ser realizada também no momento de introdução de cada conteúdo, para verificar os conhecimentos prévios dos estudantes.



Formativa ou processual - é a prática de **examinar a aprendizagem ao longo das atividades realizadas** em sala de aula, a exemplo dos exercícios, produções de textos, comentários, trabalhos em grupo, apresentações etc. É um importante instrumento para acompanhar, identificar eventuais problemas e dificuldades, verificar a necessidade de retomar aspectos não compreendidos pelos estudantes e, especialmente, corrigi-los antes de avançar.

Somatória - no final de cada etapa de trabalho, para **indicar se os resultados esperados estão sendo atingidos** e se há necessidade de uma prática diferenciada, que ocorrerá no próprio contexto da aprendizagem.

Avaliação Diagnóstica Externa

Para que a avaliação cumpra suas funções, é necessário que ela ocorra de modo contínuo e organizado, não apenas em momentos isolados. Em alguns casos, é necessário se submeter a avaliações externas, que podem contribuir com uma perspectiva fora do dia a dia. A avaliação diagnóstica externa traz aos educadores informações e indicadores imprescindíveis para a continuidade do projeto escolar. **Subsidia e influencia a tomada de decisão** sobre o processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem de cada turma de estudantes, do conjunto de turmas da escola, do conjunto de escolas integrantes do projeto por Coordenadorias ou por Secretarias.

A avaliação externa pode ser denominada e entendida como diagnóstica para identificar:

- No início de cada processo, os conhecimentos que os estudantes têm sobre os conteúdos com os quais vão interagir (avaliação diagnóstica inicial);
- Ao final da aprendizagem de uma sequência didática ou de um ciclo (nivelamento, reforço ou recuperação), o que foi de fato aprendido (avaliação diagnóstica final ou de saída).

Na Escola da Escolha, a avaliação – como outros processos pedagógicos – carrega em sua prática a articulação entre o Modelo Pedagógico e o Modelo de Gestão. Como isso se efetiva? O Modelo de Gestão dispõe de meios para os processos de monitoramento das práticas avaliativas utilizando indicadores e aplicando o Ciclo de Melhoria Contínua PDCA, para citar dois exemplos. Ao atuar de maneira articulada ao Modelo Pedagógico, o Modelo de Gestão ilumina a prática pedagógica na expectativa de que os estudantes alcancem a excelência acadêmica.





INDICADORES: Garantem o alinhamento entre as ações de cada educador e dos estudantes com as ações e estratégias da escola. Garantem também o monitoramento dos resultados esperados, previstos no Plano de Ação da escola.



Externa à escola, a avaliação diagnóstica é complementar ao trabalho escolar, pois oferece subsídios para a formação docente articulada com o aperfeiçoamento imediato da prática do professor na sala de aula. Isso significa que o professor continua a desenvolver a avaliação de seus estudantes de acordo com o seu plano de ensino, em sua classe, mas as avaliações externas o auxiliarão na identificação de competências e habilidades. Esses resultados também subsidiarão o apoio que deverá receber dos demais especialistas em educação para que sua prática em sala de aula seja mais eficiente.

A avaliação externa **não substitui** a avaliação do professor. No entanto, deve ser “indutora” de mudanças, originando expectativas por parte das escolas avaliadas e ao possibilitar a análise de resultados e a interpretação do significado pedagógico desses resultados pelos educadores de cada escola e pelos especialistas que estão na secretaria de educação, nas Coordenadorias ou nas equipes que assessoram a implementação de projetos nas escolas.

Para que esses aspectos possam subsidiar em tempo hábil os ajustes que favorecerão a aprendizagem das crianças, algumas especificidades precisam ser observadas:

1. Elaboração das avaliações diagnósticas de aprendizagem:

As questões ou itens das avaliações elaborados pela equipe externa às escolas deverão considerar as matrizes de competências e habilidades desejáveis para cada ano em curso, sendo:

- a. INICIAL** (por exemplo, em Língua Portuguesa e em Matemática): logo no início do ano letivo, o que se espera que a criança domine ao chegar ao ano que cursa. Ou seja, competências ou habilidades relativas aos conteúdos do ano ou anos imediatamente anteriores;
- b. FINAL:** o que foi aferido na avaliação inicial, embora com questões ou itens diferentes, mas mantendo a similaridade e grau de dificuldade, pois o que se quer verificar é o impacto das ações de nivelamento, reforço ou recuperação na aprendizagem das crianças;
- c. DE PROCESSO:** quando, ao longo da implementação de um programa ou projeto, se procura verificar o impacto das ações implementadas, quer sejam de formação de professores, quer sejam



de atividades de reforço. Deverá ocorrer ao final de cada semestre letivo (última quinzena), pautando-se nas competências e habilidades ou expectativas de aprendizagem elencadas para o final do semestre, em cada um dos componentes curriculares.

2. Análise dos resultados das avaliações pelos educadores:

a. Especialistas em educação (nível secretaria, coordenadoria e assessorias de instituições parceiras): o que os resultados demonstram em relação ao ensino e à aprendizagem do conjunto de escolas de cada região, de cada Coordenadoria, em cada escola;

b. Equipe Gestora (nível escola): o que os resultados demonstram em relação ao ensino e aprendizagem do conjunto de turmas de cada ano, de cada turma, do conjunto de turmas de um professor;

c. Professor (nível escola): o que os resultados demonstram em relação ao aprendizado de suas turmas e de cada criança.

3. Procedimentos e encaminhamentos para o plano estratégico ou de replanejamento:

a. Estabelecimento de prazos e metas de aprendizagem pelo professor das turmas, pelas Equipes Gestoras das escolas e especialistas da Coordenadoria, Secretaria e assessorias do projeto. Essas metas orientarão as ações de apoio ao professor de cada turma e/ou componente curricular sob a responsabilidade dos especialistas da escola, das Coordenadorias, Secretaria de Educação e instituições parceiras – em cada área de atuação e em consonância com as diretrizes do projeto escolar;

b. Acompanhamento e avaliação do Plano de Ação da escola e dos Programas de Ação dos professores.

Tendo como subsídios os resultados de cada processo avaliativo, o Plano de Ação da escola e os Programas de Ação dos educadores deverão ser sempre revistos pela Equipe Escolar com o objetivo de verificar se todas as metas foram atingidas, extrapoladas ou se um plano corretivo será requerido, caso as metas não tenham sido alcançadas.

O paradigma de gestão implantado por esse Modelo identifica uma série de processos para uma gestão de qualidade das escolas e, a cada processo, associa um conjunto de atributos a serem avaliados. Resumidamente, alguns desses atributos se fundamentam:

- Na qualidade da gestão escolar;
- Na postura e proficiência da equipe de apoio e corpo docente;





- Na adequação e no gerenciamento dos recursos de infraestrutura e material didático-pedagógico;
- Na capacidade de manter e ampliar parcerias com entidades e organizações da sociedade;
- Na forma de planejamento adotada pela gestão quanto à sua aderência aos propósitos do Projeto Escolar e sua efetividade no alcance dos seus resultados.

Numa escola inclusiva, como a Escola da Escolha, o foco da avaliação não deve estar unicamente no estudante. A avaliação é tratada como um processo dialógico que envolve todos que fazem parte da rotina pedagógica dos estudantes, com deficiência ou não. Mediados e sustentados pela articulação do Modelo de Gestão e do Modelo Pedagógico, o professor, em seu componente curricular, e a Coordenação Pedagógica, na escola, deverão se perguntar: “O que é preciso fazer para que se atenda da melhor forma possível as especificidades do aprender do estudante?”.



Caso a rede escolar tenha a figura do Coordenador de Área, a mesma pergunta deverá ser feita a cada área.



Norteados pela avaliação pedagógica e, se for o caso, munidos de contribuições que profissionais de áreas como a saúde ou o serviço social podem dar, além da valiosa contribuição da família, tal pergunta deverá ser feita em todo o processo de aprendizagem dos estudantes para que os planos de trabalho (para a sala de aula, para as aulas de Estudo Orientado, para as aulas de Eletiva, para as ações de Tutoria, entre outras ações) se unam em função do mesmo objetivo: que todos os estudantes se desenvolvam em sua integralidade da melhor forma possível.



“A contribuição dos profissionais da área de saúde está relacionada a sugestões de medidas para melhorar a condição geral da pessoa, seu rendimento e, conseqüentemente, seu desempenho na área educacional (...).”

Guia prático: O direito de todos à educação. Diálogos com promotores de Justiça do Estado de São Paulo. P. 47



Mecanismos de Avaliação, Acompanhamento Pedagógico e Observação de Sala de Aula

Apresentaremos a seguir recomendações para a composição de instrumentos e mecanismos de acompanhamento da prática pedagógica, considerando as singularidades do universo infantil e da própria organização escolar.

Para a operacionalização dessas recomendações, consideramos a reflexão realizada e que introduz as referências sobre avaliação, os seus diferentes tipos e principais objetivos:

- **O diagnóstico como ponto de partida:** a avaliação inicial, realizada na abertura do ano letivo e, ao longo do ano, na introdução de cada novo conteúdo, tem a função de diagnosticar as aprendizagens previamente adquiridas pelos estudantes. Aqui também devem ser consideradas as expectativas de aprendizagem e os comportamentos observáveis em relação às práticas educativas.
- **A autoavaliação:** a reflexão sobre o próprio desempenho subsidia o estudante à tomada de consciência acerca de suas conquistas, dificuldades e possibilidades, apoiando-o na direção do que deve ser modificado em sua postura e ações. Aqui, torna-se imprescindível que o estudante conheça as expectativas sobre o que aprender, e que esse momento não se restrinja a uma apresentação do professor, mas que ele tenha contato permanente com aquilo que se apresenta no que diz respeito aos conteúdos e objetivos, participando ativamente de sua construção.



“Atualmente, sabemos que as condições de aprendizagem dependem de outros aspectos como motivação, memória, atenção, atitudes, valores, aspectos emocionais, sociais e de saúde que, articulados à inteligência, desenharão um perfil pessoal da capacidade de cada um de construir conhecimento. Além disso, a educação está longe de restringir-se aos aspectos de transmissão de informação. Desejamos uma educação voltada para a construção e desenvolvimento pessoal e social. A inteligência é um fenômeno de múltiplos fatores. Há pessoas que têm uma grande capacidade verbal e de comunicação. Outras têm um raciocínio lógico aguçado. E, outras, ainda, resolvem problemas práticos com grande facilidade. E há pessoas que têm limitações no raciocínio abstrato, por exemplo. As pessoas com deficiência intelectual também têm alguns tipos de inteligência mais desenvolvidos que outros. Portanto, aprendem e se desenvolvem segundo suas características, limitações e potencialidades. Esse direito de explorar seu potencial o mais amplamente possível está garantido na Constituição da República, no seu art. 206, inciso I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola – e art. 208, inciso V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.” Guia prático: O direito de todos à educação. Diálogos com promotores de Justiça do Estado de São Paulo. P. 47

Assim, recomenda-se que sejam explorados quadros, murais, figuras, placas e outros modos de expor as informações a respeito destas expectativas de aprendizagem mostradas em sala de aula. Sem estar preso a períodos ou frequência, o estudante precisa experimentar situações onde ele mesmo possa se posicionar em relação às expectativas de aprendizagem e dessa maneira se localizar em relação àquilo que foi trabalhado num dado período. **O acompanhamento pedagógico** realizado pela Coordenação Pedagógica e Articulador de Aprendizagem deve ter como objetivo o aprimoramento das práticas educativas e a oferta de condições propícias para o corpo docente da escola avançar em suas metas registradas nos Programas de Ação. Cada estudante deve ser acompanhado em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, e para isso os professores precisam utilizar instrumentos que façam o registro e permitam este acompanhamento.



A comunicação visual existente nas escolas deve ser compreendida por pessoas com todos os tipos de deficiência.

Os murais, quadros, figuras e outras formas de expor as informações relativas às expectativas de aprendizagem devem ser colocados no nível dos olhos de uma pessoa em cadeira de rodas.

http://saci.org.br/pub/livro_educ_incl/redesaci_educ_incl.html

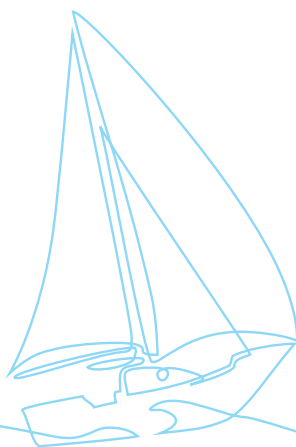
- **Ficha de acompanhamento do estudante e parecer descritivo:** são documentos usualmente aplicados pelas redes de ensino, alimentados por um parecer descritivo da evolução de cada estudante. Esse parecer deve ser elaborado a partir da consolidação dos registros contidos no **Guia de Ensino e de Aprendizagem** e servirá de síntese dos avanços e dificuldades dos estudantes no seu percurso de aprendizagem. Tendo como referência a forma de organização dos períodos (bimestral, trimestral ou outros arranjos curriculares), é muito importante a realização de reuniões com os pais e responsáveis, bem como o atendimento sempre que se fizer necessário, tomando como base a leitura do Parecer Descritivo como forma de orientá-los em como apoiar os estudantes;
- **Registros semanais:** nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tanto o acompanhamento quanto as aprendizagens são acontecimentos diários. A recomendação é a utilização de



instrumentos e roteiros de acompanhamento pelos professores e demais profissionais que atendem as crianças e que considerem de maneira abrangente o olhar sobre os aspectos cognitivo, social, emocional e motor, bem como para as habilidades relativas à competência pessoal como a autonomia, o autocuidado e outras inerentes à construção da identidade do ser criança;

- **Observação em sala de aula:** é a inauguração de um novo olhar sobre o desenvolvimento das aprendizagens do estudante em todas as dimensões. Tem como objetivo analisar as interações que são construídas entre o professor, os estudantes e os conteúdos trabalhados nas práticas educativas. É fonte de informações valiosas referentes aos processos de aprendizagem, aos avanços e dificuldades apresentadas pelos estudantes em sala de aula. A observação deve ser planejada pela Coordenação Pedagógica junto ao Articulador de Aprendizagem com o objetivo de elaborar a pauta de formação continuada com base nas necessidades dos professores; conhecer bons exemplos de práticas didáticas que mereçam ser compartilhados com a equipe e estimular os professores a indicar em que pontos necessitam de ajuda e de soluções didáticas. Esta prática é considerada como uma das mais ricas fontes de informações e compõem um indicador de processo presente na rotina escolar chamado “Juntos na Sala”, apresentada no **Caderno de Formação - Rotinas e Práticas Educativas**.

A seguir apresentamos algumas recomendações para uma efetiva observação em sala de aula.





Como fazer observação em sala de aula?

O papel da Coordenação Pedagógica é aperfeiçoar a prática docente. E para saber das necessidades da equipe, quem exerce essa função tem inúmeras possibilidades, como analisar o planejamento das atividades, a execução, as produções dos estudantes e o resultado das avaliações. Contudo, existe uma ferramenta que vai direto ao ponto e permite um conhecimento mais estreito dos problemas didáticos: **é a observação na sala de aula.**

O objetivo dessa ferramenta é analisar as interações que são construídas entre o professor, os estudantes e os conteúdos, verificar como se desenvolvem e de que forma podem e devem se tornar tema de formação continuada na escola. Muitas vezes, o próprio professor não percebe que uma pequena mudança em sua prática pode levar a resultados mais positivos - e uma pessoa de fora tem mais facilidade para apontar um caminho.

Quando na escola não existe essa prática, é um pouco mais complicado. É preciso criar um clima e uma cultura de parceria para o desenvolvimento profissional de todos com foco em um trabalho que vislumbre o alcance dos objetivos de aprendizagem dos estudantes.

Entrar na sala de aula requer planejamento e quebra de resistência. Alguns professores se sentem invadidos com a presença do observador e muitas vezes desenvolvem seu trabalho com portas fechadas. Então, como romper com as resistências para usar a observação da sala de aula como uma ferramenta formativa? Recomendamos:

- Conversar com toda a equipe nos encontros coletivos, esclarecendo que os principais objetivos são elaborar a pauta de formação continuada com base nas necessidades de ensino e conhecer bons exemplos de práticas didáticas que mereçam ser compartilhados com a equipe (pois às vezes elas ficam restritas a uma só sala de aula, quando poderiam ser divulgadas e ajudar outros estudantes a aprender);
- Planejar quando a visita à sala de aula será realizada, os objetivos e o foco da observação;
- Envolver os professores na elaboração da pauta, pois eles mesmos podem indicar em que pontos necessitam de ajuda e de soluções didáticas;
- Lembrar que aquele espaço, naquele momento, é do professor e da turma. Então, procure sentar-se no fundo da sala ou nas laterais, manter a menor interação possível com os estudantes e nunca interferir na fala do professor.





- Considerar como ponto comum de observação o movimento do currículo a partir dos Princípios Educativos da Escola da Escolha
- Analisar todas as interações e estar aberto para se surpreender com situações que não esperava encontrar – que podem, inclusive, ser extremamente positivas.
- Anotar apenas o que é observado no momento. Durante e após a observação, serão elaboradas hipóteses sobre as interações que dão certo e as que precisam de ajustes – e essa será a base do registro e da conversa posterior com o professor.

DEVOLUTIVAS CONSISTENTES APONTAM CAMINHOS

A Coordenação Pedagógica só conquista sua equipe de professores quando estes percebem que as devolutivas têm resultados positivos na maneira de ensinar e, conseqüentemente, no desempenho dos estudantes. Por isso é importante: providenciar uma cópia das anotações feitas durante a observação e entregar ao professor antes da devolutiva para que ele possa se preparar para a conversa; que o encontro seja sempre individual e, no máximo, uma semana após a data da observação; iniciar a conversa citando tudo de positivo que foi observado, demonstrando com isso que reconhece o bom trabalho feito. Em seguida, trate dos pontos que precisam ser melhorados. Apresentar sempre o embasamento teórico para dar consistência às observações e à apresentação de sugestões para a mudança da prática. É muito importante ouvir o professor, que deve expor as dificuldades que encontra e as necessidades que tem para colocar em uso as propostas feitas.

O resultado final deve ser um planejamento de formação para o professor e para toda a equipe. Acreditar nessa perspectiva pressupõe encarar o professor como um profissional capaz de construir as próprias estratégias de ensino com base na reflexão sobre a prática.

O QUE OBSERVAR?

Abaixo estão algumas questões que podem servir de roteiro para essa prática:

Pauta de observação de sala de aula _____

Nome do professor _____

Componente Curricular _____

Conteúdo da aula _____

Data da observação _____



O PLANEJAMENTO DA OBSERVAÇÃO



1º passo:

Elaborar com os professores cronograma mensal de observação e deixar disponível no quadro de recados da sala dos professores. Os docentes precisam ter acesso também à planilha de observação.



2º passo:

Ao terminar cada observação, ainda em sala, conversar com os docentes. A verdadeira devolutiva vem depois da análise do que viu em sala de aula e dos outros registros do professor.



3º passo:

Agendar na semana seguinte à devolutiva, encontro individual para conversa e apresentação do relatório, orientações teóricas e planejamento de novas ações educativas que ficam registradas no relatório como um compromisso formativo.



4º passo:

No fim, cada docente recebe o relatório no qual há um espaço para que ele faça suas considerações.



1. A interação entre os estudantes e o conteúdo

- O conteúdo é adequado às necessidades de aprendizagem da turma?
- As atividades e os problemas propostos são desafiadores e proveitosos para todos os estudantes ou para alguns foi muito fácil e, para outros, muito difícil?
- Há a retomada de conhecimentos trabalhados em aulas anteriores como um ponto de partida para facilitar novas aprendizagens ou as atividades apenas colocam em jogo o que já é conhecido pela turma?
- Os recursos utilizados são adequados ao conteúdo?
- Como está organizado o tempo da aula? Foram reservados períodos de duração suficiente para os estudantes fazerem anotações, exporem as dúvidas, debaterem e resolverem problemas?



2. A interação entre o professor e os estudantes

- Os objetivos de aprendizagem de curto e longo prazos dos conteúdos em questão estão claros para a turma?
- As propostas de atividades foram entendidas por todos? Será necessário que o professor explique outra vez e de outra maneira? As informações dadas por ele são suficientes para promover o avanço do grupo?
- As intervenções são feitas no momento certo e contêm informações que ajudam os estudantes a refletir?
- O professor aguarda os estudantes terminarem o raciocínio ou demonstra ansiedade para dar as respostas finais, impedindo a evolução do pensamento?
- As hipóteses e os erros que surgem são levados em consideração para a elaboração de novos problemas?
- As dúvidas individuais são socializadas e usadas como oportunidades de aprendizagem para toda a turma?



3. A interação dos estudantes com os colegas

- Os estudantes se sentem a vontade para colocar suas hipóteses e opiniões na discussão?
- Nas atividades em dupla ou em grupo, há uma troca produtiva entre os estudantes?
- Com que critérios a classe é organizada?
- Os estudantes escutam uns aos outros?



4. Como os Princípios Educativos são movimentados na sala de aula

- De que forma, no âmbito do movimento dos conteúdos na sala de aula, são criadas oportunidades para que estes sejam apropriados pela experimentação e/ou pela ludicidade?
- É possível observar a Presença Pedagógica e a vivência da Educação Interdimensional no espaço da sala de aula?
- Os Quatro Pilares da Educação norteiam de alguma forma as escolhas didáticas e metodológicas do professor?
- Há espaço para a vivência do Protagonismo na sala de aula, ou seja, são criados neste espaço espaços para a vivência do protagonismo?

Durante a observação, é preciso estar atento a pontos importantes do planejamento e execução da aula, questões que impactam diretamente no desenvolvimento dos conteúdos e, conseqüentemente, nas aprendizagens dos estudantes. Importante considerar as possibilidades de orientação, intervenção e apoio ao professor por meio de um outro olhar sobre sua prática pedagógica. A Coordenação Pedagógica precisa estar atenta a, por exemplo:

NOVAS ABORDAGENS

Problemas adequados são os que representam um desafio possível. Ou seja, não podem ser tão fáceis a ponto de serem solucionados sem esforço nem tão difíceis que se tornem desestimulantes. Quando 80% da turma acerta sem dificuldade as questões propostas, é hora de lançar novos desafios. Se mais da metade não encontra solução, é preciso orientar o professor para que ele tente novas abordagens e ajudá-lo a diversificar as atividades.

COMO USAR BEM O MATERIAL PEDAGÓGICO

Mapas, slides, ilustrações, fotos e vídeos precisam ser adequados ao conteúdo trabalhado, utilizados em momentos certos e ter qualidade técnica. Quando alguma dessas coisas não acontece, busque com o professor novas ferramentas ou indique maneiras mais eficientes de usar as já disponibilizadas pela escola. No caso de recursos tecnológicos, é sempre recomendável testá-los antes da aula.

EM BUSCA DE CLAREZA E OBJETIVIDADE

Muitas dificuldades que aparecem durante os momentos de aprendizagem têm origem em uma proposta confusa, mal elaborada ou comunicada de forma ineficiente. Durante a observação, anote as falas do professor para posteriormente discutir a clareza e a pertinência das propostas. Para torná-las mais claras, geralmente são necessárias mudanças simples, como a substituição das palavras difíceis.

FAZER DO ERRO UMA OPORTUNIDADE DE ENSINAR

Durante a observação, anote os erros e as dúvidas apresentados pelos estudantes e verifique se o professor consegue fazer com que as dificuldades individuais sejam oportunidades de avanço para todo o grupo. Os erros e as intervenções dos professores também podem ser registrados para a tematização da prática durante os encontros coletivos e os individuais.

PARA CADA SITUAÇÃO, UM GRUPO

Ao perceber uma inadequação entre a organização da sala e o conteúdo, lembrar que existem outras formas de dispor os estudantes, a sala de aula é flexível. Em roda, em duplas, trios ou quartetos. É preciso observar se as duplas ou os grupos foram formados aleatória ou intencionalmente. A escolha dos pares precisa ser planejada e a formação vai variar de acordo com os conteúdos. Ao perceber que um agrupamento não é produtivo, analise com o professor o perfil dos estudantes e ajude a montar outros mais eficazes. A forma como a turma trabalha deve estar relacionada aos objetivos pedagógicos. Geralmente, grupos grandes servem para socializar estratégias, mas não para trocar informações. Se o objetivo for colocar os conhecimentos de cada estudante em jogo, o melhor são as atividades individuais. Estas situações se configuram sempre como boas oportunidades para o trabalho e a vivência dos Pilares do Ser e do Conviver, tão necessários ao trabalho com as Competências para o Século XXI e para a movimentação intencional dos 3 Eixos Formativos, contribuindo sobremaneira para a formação integral do estudante.



Na Escola...

O estudante:

- ✓ É o principal usuário das informações fornecidas pela avaliação para a melhoria da aprendizagem;
- ✓ Exerce papel central, devendo atuar ativamente em sua própria aprendizagem;
- ✓ Progride quando compreende suas potencialidades e fragilidades e sabe como se relacionar com elas.

O professor:

- ✓ Usa as informações para reorganizar o trabalho pedagógico e, a partir disso, atua no coletivo ou individualmente junto àqueles que necessitam;
- ✓ Reconhece a relação direta entre o desenvolvimento da aprendizagem do estudante e a sua própria prática;
- ✓ Usa as informações do processo para o seu próprio desenvolvimento.



Guia de Ensino e de Aprendizagem

O Modelo da Escola da Escolha, por intermédio das suas inovações, propõe a adoção de mecanismos que assegurem a eficácia da gestão dos processos pedagógicos, visando a obtenção dos resultados pretendidos relativos à formação das crianças e que, por consequência, criem as condições para a futura construção dos seus Projetos de Vida.

Nesse sentido, o Guia de Ensino e de Aprendizagem inova ao ser simultaneamente um recurso que atende três níveis distintos desse processo de formação:

- **Junto ao professor:** para o planejamento e desenvolvimento das atividades pedagógicas do componente curricular que ele ministra;
- **Junto ao estudante:** para apoiar o desenvolvimento da capacidade de autorregulação da sua aprendizagem, pois fornece informações sobre os componentes curriculares (atividades didáticas, fontes de consulta etc.) que eles necessitarão para criar os seus próprios mecanismos de planejamento de estudos;
- **Junto aos Pais e Responsáveis:** para complementar os mecanismos de comunicação de que a escola já dispõe e apoiá-las no acompanhamento de ensino/aprendizagem dos estudantes.

Sua implementação no cotidiano da escola contribui para o rompimento de uma estratégia há muito utilizada pelas escolas, que é a de que “somente” o professor sabe o que vai ser ensinado num determinado período (ex. bimestre, trimestre ou outro arranjo curricular) e a criança “somente” recebe essas informações.

O Guia compartilha com os interessados (estudantes e familiares) o que e como será o acesso ao conhecimento historicamente acumulado. Esse movimento possibilita que os Princípios Educativos sejam mobilizados no cotidiano da sala de aula e no chão da escola, corporificados na prática pedagógica.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além dos elementos supracitados, privilegia-se o foco na orientação para a prática educativa do professor quanto a ‘o que’, ‘quando’ e ‘como’ ensinar promovendo o desenvolvimento de aprendizagens para a vida.

Deste modo, o Guia de Ensino e de Aprendizagem amplia o seu campo de ação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, trazendo para o seu escopo novos elementos como a consideração dos conteúdos e situações didáticas levando em conta os ambientes de aprendizagem, as práticas educativas e a formação para a vida da criança traduzida nos seus valores e forças pessoais.



O MODUS OPERANDI

Elaborado no início de cada período (bimestre ou trimestre ou outro arranjo curricular) para cada componente curricular e por cada professor;

Orientado pela Coordenação Pedagógica e executado pelos professores;

Validado pelo Coordenador Pedagógico e Articulador de Aprendizagem;

Publicado nos murais de cada sala de aula;

Deve ser objetivo, claro, simples e prático.



O Guia de Ensino e de Aprendizagem orienta o professor em relação aos tempos necessários à prática pedagógica para construção das aprendizagens pelas crianças. Ele é um instrumento, prioritariamente, orientador da prática docente uma vez que organiza e alinha as demandas pedagógicas, unindo de modo lógico e articulado as habilidades exigidas pela Base Nacional Comum Curricular e sua Parte Diversificada.

Para tanto, o Guia de Ensino e de Aprendizagem é composto por todas as referências conceituais e princípios da Escola da Escolha e dos instrumentos de planejamento rotineiros que têm por finalidade nortear a ação de ensino do professor dando a unidade necessária ao melhor desenvolvimento da prática pedagógica em todas as dimensões do currículo.

O Guia de Ensino e Aprendizagem compartilha entre os professores, crianças e com a família os conhecimentos priorizados a cada período letivo e deve estar acessível para consultas e contribuições desses sujeitos.

Abaixo apresentamos um modelo de Guia de Ensino e de Aprendizagem.

Guia de Ensino de Aprendizagem • Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Professor	Ano Turma	Componente curricular	Bimestre
Nome do professor de referência ou especialista		Nome da do componente curricular ministrado	Fazer referência ao período letivo
BREVE JUSTIFICATIVA			
Descrição da importância dos conceitos e temas a serem desenvolvidos durante o período.			
CONTEÚDOS			
Descrição dos conteúdos (coerentes com os planos de ensino) a serem desenvolvidos durante o período.			
HABILIDADES COGNITIVAS			
Descrição das habilidades (coerentes com os planos de ensino) a serem desenvolvidas durante o período.			
HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS			
Descrição das habilidades socioemocionais a serem desenvolvidas durante o período.			
VALORES E FORÇAS PESSOAIS			
Descrição dos valores e forças pessoais a serem focados no desenvolvimento dos conteúdos.			
SITUAÇÕES DIDÁTICAS			
Descrição das atividades, meios e estratégias para assegurar a aprendizagem significativa do conteúdo proposto.			
ATIVIDADE			
Prévias	Autodidáticas	Didático-Cooperativas	Complementares
Descrição das atividades orais e escritas que compõem as situações didáticas de mobilização dos conhecimentos prévios dos estudantes.	Descrição das atividades propostas para mobilização de forma autônoma pelo próprio estudante.	Descrição das atividades em dupla, em trios, de equipe, coletivas a serem prescritas.	Descrição das atividades que complementam o conteúdo de forma clara e explícita.
PRÁTICAS EDUCATIVAS			
Descrição das práticas que apoiarão os estudantes no desenvolvimento das aprendizagens descritas neste Guia.			
ESPAÇOS EDUCATIVOS			
Descrição dos espaços, além das salas de aula, a serem utilizados para realização das atividades e práticas pedagógicas.			
RECURSOS DIDÁTICOS			
Descrição dos recursos a serem utilizados como apoio para a realização das atividades e práticas pedagógicas.			
ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO			
Descrição das estratégias e recursos de avaliação a serem utilizados.			
FONTES DE REFERÊNCIA			
Descrição das fontes de referência a serem utilizadas pelo professor e aquelas recomendadas para os estudantes.			



Por que usar o Guia de Ensino e de Aprendizagem?

As Metodologias de Êxito, bem como os instrumentais oferecidos neste Modelo, são parte dos recursos propostos para tornar “ação” aquilo que é apresentado enquanto princípio educativo. Assim, na sua relação direta com o currículo escolar, os **Guias de Ensino e de Aprendizagem guardam uma relação estreita e direta com o desenvolvimento das competências preconizadas nos Princípios Educativos deste Modelo, conforme tratados no Caderno de Formação - Princípios Educativos e no Caderno de Formação - Conceitos**. Eles estimulam o desenvolvimento de habilidades relativas a:

- **Competência pessoal** (Aprender a Ser), como a autorregulação, a corresponsabilidade, a responsabilidade pessoal etc;
- **Competência cognitiva** (Aprender a Conhecer), como o didatismo e o autodidatismo;
- **Competência social** (Aprender a Conviver), como as atividades de didática cooperativa, entre outras.

Como elaborar um Guia de Ensino e de Aprendizagem?

Antes do início de cada período (ex. bimestre), o professor (de referência e especialista), é orientado pela Coordenação Pedagógica, acompanhado do Articulador de Aprendizagem na elaboração do **Guia de Ensino e de Aprendizagem** sob sua responsabilidade.

Para essa orientação, serão utilizados os documentos de referência vigentes (sejam parâmetros, diretrizes ou referências curriculares), bem como o Programa de Ação daquele professor.

Esses documentos de referência curricular variam de acordo com as diretrizes de cada Secretaria. Já o Programa de Ação é o documento que orienta a atuação do professor alinhado ao Plano de Ação da escola, conforme tratado no **Caderno de Formação – Tecnologia de Gestão Educacional**.

A elaboração do Guia de Ensino e de Aprendizagem deve contemplar dois aspectos para o desenvolvimento do currículo à luz das bases do Modelo da Escola da Escolha:

1. “O que ensinar”, ou seja, quais conteúdos/habilidades e competências estão previstos para aquele período à luz dos documentos vigentes;





2. “Como ensinar”, ou seja, como os princípios pedagógicos serão traduzidos em ação. Trata-se de a Equipe Escolar e, de forma mais focada, o professor, evidenciar como os Princípios Educativos e os Eixos Formativos estarão presentes no fazer didático do seu componente curricular, nas estratégias de ensino, nas mediações de aprendizagem e na prática avaliativa.

Tais considerações são fundamentais, uma vez que todo o enredo e a trama propostos pelo Modelo de Escola da Escolha precisam ser operacionalizados em cada fazer do ambiente escolar, e o espaço da sala de aula é privilegiado para essa nova forma de fazer escola e educação.

Outro aspecto importante que o Guia de Ensino e de Aprendizagem deve incorporar é a reflexão dos professores frente à presença dos estudantes com deficiência na sala de aula. Numa perspectiva inclusiva, o processo de aprendizagem deve ser feito, desde seu planejamento até a avaliação, para que os estudantes com deficiência não sejam alijados do fazer pedagógico.



É preciso considerar que algumas redes organizam seus tempos escolares de maneira diferente.

O Guia deve atender à lógica proposta para cada rede ou sistema (como bimestre, trimestre ou outras formas de arranjos curriculares).



A melhoria contínua do processo de ensino

Os Guias de Ensino e de Aprendizagem ancoram não somente elementos do Modelo Pedagógico, mas também elementos do Modelo de Gestão (TGE), como o monitoramento da relação previsão x execução do currículo a ser trabalhada para o período, suas necessárias correções e, posteriormente, o desenvolvimento dos novos Guias de Ensino e de Aprendizagem para o período seguinte. Nessa direção, a articulação entre Modelo Pedagógico e Modelo de Gestão visa garantir o contínuo processo de melhoria da prática pedagógica.



A aplicação do ciclo PDCA na elaboração do Guias de Ensino e de Aprendizagem e sua posterior utilização como ferramenta de monitoramento tornam-se fundamentais para que a escola consiga entregar os resultados pactuados em seu Plano de Ação.

Exemplo de Guia de Ensino e de Aprendizagem com descrição das atividades, meios e estratégias para assegurar a aprendizagem significativa do conteúdo proposto

ATIVIDADES			
Prévias	Autodidáticas	Didático-Cooperativas	Complementares
Descrição das atividades orais e escritas que compõem as situações didáticas de mobilização dos conhecimentos prévios dos estudantes.	Descrição da atividades propostas para mobilização de forma autônoma pelo próprio estudante.	Descrição das atividades em dupla, em trios, de equipe, coletivas a serem prescritas.	Descrição das atividades que complementam o conteúdo de forma clara e explícita.
PRÁTICAS EDUCATIVAS			
Descrição das práticas que apoiarão os estudantes no desenvolvimento das aprendizagens descritas neste Guia.			
AMBIENTES DE APRENDIZAGEM			
Descrição dos espaços, além das salas de aula, a serem utilizados para realização das atividades e práticas pedagógicas.			
RECURSOS DIDÁTICOS			
Descrição dos recursos a serem utilizados como apoio para a realização das atividades e práticas pedagógicas.			
ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO			
Descrição das estratégias e recursos de avaliação a serem utilizados.			
FONTES DE REFERÊNCIA			
Descrição das fontes de referência a ser utilizadas pelo professor e aquelas recomendadas para os estudantes.			

Exemplo de Guia de Ensino e de Aprendizagem com descrição das atividades, meios e estratégias para assegurar a aprendizagem significativa do conteúdo proposto

Professor	Ano Turma	Componente curricular	Bimestre
		Matemática	III Bimestre
BREVE JUSTIFICATIVA			
Nesta unidade didática pretende-se despertar nos estudantes o entendimento de que os conteúdos abordados estão presentes em situações reais do dia a dia e os acompanharão sempre em suas vivências; objetiva-se despertar o lado questionador, investigativo e crítico, levando-os a resolver situações-problema com autonomia e proficiência e desenvolver o domínio das quatro operações matemáticas.			
CONTEÚDOS			
Sistema de numeração decimal; Multiplicação por decomposição; Algoritmo da multiplicação; Divisão repartindo igualmente, divisão com números de grupos; Algoritmo da divisão. Representação de objetos e sua posição no espaço; Figuras geométricas (cubo, paralelepípedo e pirâmide). Sistema monetário brasileiro. Resolução de situações-problema envolvendo unidades de medidas de comprimento (Km, m, cm), de massa (kg, g) e de capacidade (l, ml). Etapas de uma pesquisa e Construção de gráficos e tabelas.			
HABILIDADES COGNITIVAS			
Interpretar, comparar e ordenar quantidades por meio de seus registros no Sistema de Numeração Decimal; Resolver situações-problema que envolvam diferentes significados das operações de adição, subtração, multiplicação e divisão com números naturais; Descrever e representar um objeto e sua posição no espaço de diferentes maneiras (moldes, vistas, malhas e mapas); Identificar semelhanças e diferenças entre figuras planas e não planas, entre poliedros e corpos redondos e entre prismas, pirâmides e outros poliedros; Resolver situações-problema que envolvam o sistema monetário brasileiro; Resolver situações-problema que envolvam unidades usuais de medidas de comprimento (km, m, cm), de massa (kg, g) e de capacidade (l, ml); Ler e interpretar dados apresentados em tabelas e gráficos.			
HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS			
Empatia: o valor da cooperação; Respeito: obediência aos acordos firmados.			
VALORES E FORÇAS PESSOAIS			
Determinação, cooperação, disciplina, assiduidade, pontualidade.			
SITUAÇÕES DIDÁTICAS			
Aula expositiva, exibição de vídeos, confecção de materiais didáticos e jogos matemáticos, produção de gráficos e tabelas, montagem e exposição de materiais concretos, resolução de situação-problemas; Problemateca;			

ATIVIDADE

Prévias	Autodidáticas	Didático-Cooperativas	Complementares
Sondagem dos conhecimentos prévios, confrontando os conhecimentos com situações cotidianas.	Resolução de situações-problema que estimulem as pesquisas em outras fontes.	Organização de trabalho em grupo, dinâmicas colaborativas.	Torneio de Jogos Matemáticos.

PRÁTICAS EDUCATIVAS

Roda de Conversa; Experimentação e Ludicidade na confecção e manipulação dos materiais elaborados.

ESPAÇOS EDUCATIVOS

Sala de aula, Ateliê Criativo, Biblioteca, Brinquedoteca, Espaço externo (pátio e quadra de esportes).

RECURSOS DIDÁTICOS

Livro didático (Projeto Coopera - Editora Saraiva); multimídia; atividades impressas; sequências didáticas (IQE); quadro de grandezas e medidas; fita métrica; Calculadoras; Relógio; Calendário.

ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

- Avaliação contínua e diagnóstica
- Participação nas aulas e nas atividades autodidáticas.
 - Participação e cooperação nas atividades em grupo.

FONTES DE REFERÊNCIA

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Instituto Qualidade no Ensino (IQE); Projeto Coopera (Ed. Saraiva); Pesquisas na internet; Descritores da Prova Brasil.



A divulgação dos Guias de Ensino e de Aprendizagem

Após a sua elaboração, os Guias de Ensino e de Aprendizagem devem ser de conhecimento dos demais professores, além dos estudantes e de seus familiares. Em algumas situações, observa-se uma grande variação de idade e estatura entre os estudantes, além da possibilidade da presença de estudantes cadeirantes. Isso deve ser levado em consideração ao definir o local e a altura em que os Guias de Ensino e de Aprendizagem serão afixados, caso seja essa a estratégia de comunicação para os estudantes. A adequação da linguagem, para que os estudantes compreendam o conteúdo do documento, também é fundamental.

O Guia de Ensino e de Aprendizagem deve ser de conhecimento de todos os públicos envolvidos. Assim, é preciso cuidado com sua apresentação no que se refere à possível presença de estudantes, pais, professores ou membros da equipe pedagógica com alguma deficiência. Comunicação em Braille, programas de computador como DOSVOX, Virtual Vision, Jaws, recursos de tecnologia assistiva, formas de acesso à Língua Portuguesa para os estudantes Surdos, respeitando suas especificidades e o uso da Libras como forma de comunicação devem ser considerados ao publicar o Guia.

Pelo Decreto Federal 5626/05 a Libras passa a ser considerada como a primeira língua da Pessoa Surda http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm (Acessado em 09/11/14 às 10:18)

Não basta afixar os Guias de Ensino e de Aprendizagem nos murais/paredes da escola ou das salas de aula. É fundamental ensinar os estudantes a usar esse instrumento como recurso de orientação, de acompanhamento e de avaliação do seu próprio processo de desenvolvimento. Ao atuar dessa forma, Protagonismo e Corresponsabilidade, dois importantes aportes do Modelo, são mobilizados junto aos estudantes a partir de questões reais e próximas.

Os Guias de Ensino e de Aprendizagem devem ser de conhecimento das famílias, pais/responsáveis para se tornarem referência na comunicação da escola sobre o que está sendo oferecido às crianças em cada período letivo, bem como para favorecer o acompanhamento do seu desenvolvimento sobre aquilo que foi prescrito. Também serve para orientá-las sobre recursos de que eventualmente as crianças possam precisar e que se encontram descritos no Guias de Ensino e de Aprendizagem.





Na Escola...

Os Guias de Ensino e de Aprendizagem devem apresentar:

- ✓ Objetividade no que se pretende;
- ✓ Clareza na forma de detalhar;
- ✓ Concisão sem prejuízo do significado;
- ✓ Simplicidade e praticidade no sequenciamento.

Na sua utilização, deve existir (necessariamente):

- ✓ Compromisso na relação entre professor e estudante;
- ✓ Cumplicidade na relação entre professor e família;
- ✓ Amizade na relação entre os estudantes;
- ✓ Solidariedade entre estudantes e comunidade.

Dependendo das estratégias definidas no Plano de Ação da escola, os Guias de Ensino e de Aprendizagem podem ser tema de discussão nas primeiras reuniões entre a escola e as famílias, pais/responsáveis, estabelecendo-se as formas de comunicar esses documentos, que são elaborados e renovados a cada período (bimestre, trimestre ou outro arranjo curricular)

Para apoiar a adequada compreensão do conceito e aplicação desse instrumento, apresentamos abaixo uma breve síntese do que são e do que não são os Guias de Ensino e de Aprendizagem:



O QUE É

- O Guia é orientação objetiva do processo ensino-aprendizagem de cada componente curricular;
- É instrumento que apresenta atividades de docência, atividades de grupo e estudos individuais;
- Considera as necessidades, os interesses e os propósitos dos estudantes.



O QUE NÃO É

- Não substitui o Plano de Aula do professor;
- Não é um Planejamento anual



Conselho de Classe



Numa perspectiva histórica, o Conselho de Classe é um órgão colegiado, institucionalizado e representativo, responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação periódica do desempenho dos estudantes. Diferente dos demais órgãos da escola, sua participação é direta, efetiva e coletiva; de organização plural, tem como foco de trabalho a centralidade da avaliação da aprendizagem.

O Conselho de Classe na Escola da Escolha

Na busca de uma prática pedagógica coerente e alinhada aos Princípios Educativos e Conceitos que fundamentam o Modelo da Escola da Escolha, o Conselho de Classe agrega concepções, características e funções que ampliam a sua presença na organização escolar, constituindo-se como:

- Elemento fundamental de gestão para o processo de melhoria contínua dos resultados da escola;
- **Instância privilegiada de reflexão e avaliação sobre o trabalho pedagógico e desempenho dos sujeitos avaliados – estudante e professor;**
- Oportunidade para o exercício do estudante como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso;
- Prática contributiva para o permanente aperfeiçoamento do professor na perspectiva da sua formação continuada e auto-desenvolvimento;
- Oportunidade para o exercício do protagonismo autêntico e da corresponsabilidade pelos estudantes.

O Conselho de Classe na Escola da Escolha se estrutura a partir dos seguintes parâmetros:

- **Estudante e professor** têm participação direta, efetiva e consequente (têm caráter representativo e deliberativo);
- A centralidade da avaliação é o foco do trabalho;



- É reflexo de um comportamento investigativo contínuo e dinâmico do professor sobre toda a relação pedagógica instalada e construída na sala de aula;
- Tem perspectiva Formativa;
- É um espaço de protagonismo autêntico;
- Tem função diagnóstica, de acompanhamento e de promoção.

Por que implantar este Conselho de Classe na escola?

Assim como nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o Conselho de Classe dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é parte integrante da rotina pedagógica da escola e sua importância é assegurar a mobilização, análise e discussão do processo de trabalho da sala de aula que se efetiva concretamente e, por consequência, provocar outro nível de reflexão e de ações. Ele deve considerar a participação de todos os sujeitos envolvidos na prática pedagógica (professores, Coordenação Pedagógica e articulador de aprendizagem), bem como os Líderes de Turma. Isso agrega maiores esforços de todos para alterar o rumo da situação identificada, numa mediação ativa entre professores-estudantes, estudantes-estudantes, estudante-família, escola-família. A presença das crianças torna-se um exercício privilegiado e muito oportuno para processar muitas aprendizagens. Para isso, devem ser consideradas as suas características etárias, o que certamente demandará mais apoio educadores nas necessárias mediações que antecedem a realização da reunião do Conselho propriamente dito.



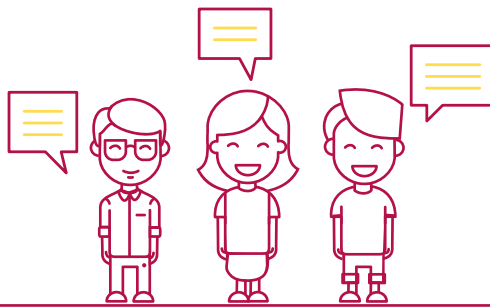
Responsabilidades da Equipe e Comunidade escolar

- **Coordenação Pedagógica** - organiza e coordena as reuniões dos conselhos e analisa as condições institucionais que interferem na aprendizagem;
- **Professores de Referência e Especialistas** - analisam o percurso de cada estudante com base no Guia de Ensino e de Aprendizagens e no Plano de Ação da escola, favorecendo a revisão de estratégias pedagógicas e autorreflexão enquanto profissional;
- **Articulador da Aprendizagem** - apresenta a devolutiva dos resultados aos estudantes e acompanhá-los em seus processos de superação de defasagens e melhoria da aprendizagem;
- **Estudantes** - avaliam a própria aprendizagem e atuar como protagonista também no processo educativo;
- **Pais** - acompanham a aprendizagem no que diz respeito aos resultados qualitativos e quantitativos dos seus filhos.

Espaço para a formação continuada do professor

A prática do professor também é objeto dessa reflexão, pois quando avalia o estudante, ele se auto avalia, diagnostica a situação de ensino e de aprendizagem e colhe elementos para o seu aperfeiçoamento, incluindo a alteração dos seus procedimentos didáticos. **O professor reflexivo aceita fazer parte do problema**. Ele reflete sobre sua própria relação com o conhecimento, com as crianças, com a escola, com os seus colegas, com as suas escolhas didático-metodológicas, com as tecnologias e com a cooperação, assim como reflete sobre sua forma de superar limites ou de tornar mais eficazes seus processos pedagógicos.

A reflexão do professor sobre o seu próprio trabalho é um importante instrumento de aprendizagem e de formação em serviço porque permite a ele se colocar diante de sua própria realidade, como diante de um espelho, de maneira crítica, apontando alguns dos problemas existentes na adequação dos conteúdos e/ou na utilização dos instrumentos de avaliação que ajudam nas mudanças e encaminhamentos pedagógicos necessários. **Essa reflexão deve levá-lo a uma postura ativa diante de um universo de necessárias mudanças, sempre tendo como foco a aprendizagem das crianças. Aqui fica evidente o princípio da corresponsabilidade, na medida em que o sucesso da criança é também do professor, assim como o seu insucesso.**



Nóvoa (1992) indica 6 competências fundamentais ao exercício docente. Seguramente, elas estão presentes na prática pedagógica, numa perspectiva mais ampla. No entanto, considerá-las no processo reflexivo da própria prática e usar o produto dessa reflexão para o aperfeiçoamento e amadurecimento dessas competências, é atuar numa esfera muito superior. Na prática pedagógica da Escola da Escolha elas são exercitadas como elementos fundamentais porque estão profundamente alinhadas como o perfil do professor reflexivo, necessárias ao processo transformador e emancipador que a educação representa.

Como implantar o Conselho de Classe?

O Conselho de Classe é liderado pela Coordenação Pedagógica da escola e conta com a presença dos conselheiros natos – todos os Professores de Referência e especialistas, bem como o Articulador de Aprendizagem, Líderes de Turma e respectivos vice-líderes. Também podem ser convidados para o Conselho de Classe outros educadores que tenham elementos a contribuir com a pauta definida, como o Bibliotecário, o Laboratorista, o Merendeiro, o Coordenador de Pátio, etc. A frequência do Conselho de Classe está ligada ao que os sistemas das Secretarias de Educação definem.

Na Escola da Escolha, o Conselho de Classe ocorre cinco vezes ao ano (ou mais, a depender da necessidade), tem focos distintos em cada período e é organizado com base nas necessidades emergentes.

DIAGNÓSTICO (1º CONSELHO DE CLASSE)

- Analisa os mapas elaborados a partir dos questionários socioeconômicos e de expectativas aplicados junto aos estudantes e suas famílias;
- Caracteriza e organiza as necessidades de aprendizagem e ensino;
- Reconhece e situa questões emergentes da relação professor-estudante;



6 competências fundamentais ao exercício docente



Empíricas: Realizar diagnósticos, levantar dados e descrever as situações pedagógicas;



Analíticas: Analisar e intervir



Avaliativas: Emitir julgamentos sobre o processo e a prospecção de ações futuras embasados nesses julgamentos;



Estratégicas: Planejar e antecipar as ações para ajudar o estudante a detectar o conflito inicial entre o que se sabe e o que se deve saber; contribuir para que o estudante se sinta capaz e com vontade de resolvê-lo; apresentar o “novo” de forma a parecer um desafio instigante cuja resolução terá alguma utilidade;



Práticas: Relacionar análises de cunho teórico com a prática, com os fins e os meios de maneira a garantir intervenções de forma ajustada aos avanços e necessidades manifestadas pelo estudante, apoiando-o para um desenvolvimento autônomo;



Comunicativas: comunicar-se e trocar ideias para refletir sobre sua prática por que é ela que vai permitir criar novas possibilidades de práticas e novos conhecimentos sobre ela.



- Levanta e pactua procedimentos para intervenção efetiva do que foi apresentado.

ACOMPANHAMENTO (2º, 3º E 4º CONSELHOS DE CLASSE)

- Aprecia os resultados identificados ao longo do período;
- Avalia a efetividade dos procedimentos adotados e pactuados no Conselho anterior;
- Identifica necessidades e possibilidades de outras intervenções;
- Assume coletivamente as responsabilidades do acompanhamento e das ações estabelecidas.

PROMOCIONAL (5º CONSELHO DE CLASSE)

- Decide coletivamente sobre a promoção ou retenção do estudante, analisando os resultados apresentados e sua relação com os procedimentos de acompanhamento assumidos nos Conselhos anteriores;
- Define previamente estratégias coletivas e individuais para o acompanhamento e intervenção posteriores junto aos estudantes promovidos e em quem se reconhece a necessidade de acompanhamento efetivo no ano seguinte;
- Orienta o curso a ser perseguido pela escola e seus atores, seja re-dimensionando sua prática, seja ratificando-a. No início do primeiro semestre e final do último, são aplicadas pela escola algumas avaliações diagnósticas (Português e Matemática), que servem como instrumentos de adequação do ensino às necessidades dos estudantes. Assim, o primeiro e o último Conselho de Classe tomam como estudo o resultado dessas avaliações, pois elas servem para orientar o planejamento dos professores e posterior nivelamento das séries.



Nivelamento: prevê o uso de estratégias paralelas ao desenvolvimento do currículo, inserindo ações reparadoras dos conteúdos defasados dos anos anteriores.





O que acontece ao final de cada Conselho?

A Coordenação Pedagógica alinha com o Articulador de Aprendizagem o processo de devolutiva individualizada dos resultados para as crianças e seus familiares, pais e responsáveis ao final de cada Conselho realizado. É de grande importância que elas tomem conhecimento de suas necessidades e potencialidades e que os familiares, pais e responsáveis recebam os resultados a partir dos próprios professores para que garantam, em casa, as intervenções que forem necessárias e recomendadas pelos professores.

Todas as etapas do Conselho mencionadas fazem parte do Ciclo de Operacionalização alimentado pelo Modelo da Escola da Escolha, que consiste no Planejamento, Execução, Acompanhamento e Avaliação dos resultados da escola.

Oportunidade para o exercício da criança como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso

O trabalho resultante do Conselho de Classe permite alinhar a aprendizagem das crianças aos seus interesses e necessidades, indo muito além do aspecto meramente promocional.

A participação dos Líderes de Turma em momentos específicos do Conselho de Classe, que vão desde o pré-Conselho, participação de um período específico da reunião, ao pós-Conselho, possibilita o seu comprometimento com a definição da pauta com as





outras crianças de sua turma, com a realização da autoavaliação pela sua turma (mediada por um educador), a comunicação dos resultados dessa autoavaliação para os participantes do Conselho de Classe e a corresponsabilização pelos encaminhamentos pactuados, que deverão ser comunicados à turma e observados por todos os envolvidos a quem as ações se destinarem.

Esse é um legítimo exercício de Protagonismo, no qual os estudantes se colocam a serviço da melhoria dos resultados de aprendizagem de sua turma, confirmando sua atitude solidária em não ser indiferente e fazer parte da solução dos problemas identificados. Também atuam ativamente no processo porque aprendem a fazer análises do tipo causa-consequência no contexto da sala de aula, fazem escolhas sobre seguir ou não o que fora pactuado no Conselho, por exemplo, e aprendem a responder pelo que decidem.

Um ponto importante a considerar na implementação do Conselho diz respeito à participação dos estudantes. Aqui, o cuidado reside na forma de participação que a escola reserva às crianças, adolescentes e jovens: é preciso considerar sua participação autêntica fugindo das armadilhas que levem, neste caso, à participação simbólica, alegórica ou manipulada.

PRIMEIRO MOMENTO: PRÉ-CONSELHO

Faz parte do planejamento do Conselho de Classe a elaboração de uma pauta pelas crianças, na qual cada turma avalia os itens: relação professor x estudante, metodologia utilizada, procedimentos de avaliação e a autoavaliação da turma – um procedimento que inicia as crianças no exercício da autoanálise, as encoraja a assumirem a responsabilidade e o compromisso pela sua própria aprendizagem e as corresponsabiliza pelo ambiente e condições adequadas para que o trabalho pedagógico ocorra.

Sugestões de pontos para elaboração de uma pauta:

- Quais as dificuldades que a turma encontrou durante o período?
- Quais os conteúdos onde encontraram mais dificuldade e por quê?
- Em quais aspectos a turma avançou?
- Que ações concretas a turma pode adotar para superar as dificuldades?





SEGUNDO MOMENTO: 2 FASES NO CONSELHO

A participação dos Líderes de Turma durante os Conselhos de Classe consiste em 2 fases:

- Na apresentação, pelos Líderes, dos resultados do autoavaliação realizada junto às suas respectivas turmas, considerando os critérios definidos e os compromissos que eles propõem, de parte a parte, para a superação das dificuldades que eventualmente tenham sido identificadas;
- Na apresentação, pelos professores, do perfil e desempenho acadêmico geral da turma, bem como a avaliação que faz parte do nível de compromisso que coletivamente manifestaram ao longo do período, relacionando esse resultado ou não ao desempenho geral da turma.

Após a realização dessas fases, são discutidos e pactuados entre os Conselheiros e as crianças os encaminhamentos para a superação das dificuldades e/ou aperfeiçoamento dos procedimentos identificados como bem-sucedidos.

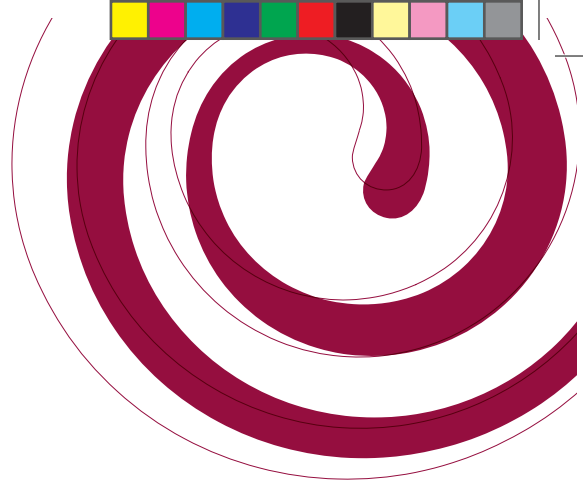
Os Líderes de Turma não participam da discussão sobre a avaliação individual de cada criança com relação ao seu desempenho, descrição de comportamentos, posturas diante dos estudos etc.

TERCEIRO MOMENTO: PÓS-CONSELHO

Finalizado o Conselho de Classe de todas as turmas, a participação dos Líderes de Turma consiste em apresentar para as crianças de suas respectivas turmas, com o apoio da Coordenação Pedagógica ou Articulador de Aprendizagem, o perfil retratado pelos professores, discutir os encaminhamentos propostos e estabelecer os pactos para a sua realização.

Para apoiar a adequada compreensão do conceito e aplicação dessa prática, apresentamos a seguir uma breve síntese do que é e do que não é o Conselho de Classe na perspectiva da Escola da Escolha.





O QUE É

- Momento de avaliação reflexiva e não de juízos pessoais dos professores;
- Avaliação pedagógica, individual e coletiva do trabalho escolar pelos educadores e estudantes;
- Ferramenta fundamental para o estabelecimento de estratégias que visam o melhor desempenho da aprendizagem dos estudantes;
- Via de avaliação mais eficaz do ensino-aprendizagem;
- Espaço de reflexão e discussão sobre as dificuldades de ensino-aprendizagem, adequação dos conteúdos, do currículo, das metodologias empregadas e competências a serem desenvolvidas pelos estudantes;
- Espaço interdisciplinar, de trocas de conhecimento e crescimento da Equipe Escolar e estudantes;
- Espaço para a vivência e a prática do protagonismo autêntico pelos estudantes.



O QUE NÃO É

- Espaço de julgamento ou de rotulações subjetivas a respeito do estudante;
- Instância para cultura de punição dos estudantes;
- Fórum privilegiado de equacionamento dos problemas pedagógicos dos estudantes. O foco das discussões não é, em si, os problemas, e sim a busca de soluções a partir de um diagnóstico coletivo.







Caro Educador!

Aqui encerramos o Caderno de Formação Gestão do Ensino e da Aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Escola da Escolha. Esperamos que ele tenha apoiado a sua trajetória na apropriação dos conhecimentos teóricos essenciais para dar suporte à sua atuação na Escola da Escolha. Considere, sempre, que essa leitura deve ter sido uma entre muitas a serem realizadas e que os estudos em torno do Modelo para assegurar o seu pleno domínio demanda método, dedicação e associação com outros dispositivos, a exemplo dos estudos tanto individual quanto coletivos, reflexão acerca da própria prática pedagógica realizada e sua efetividade e a ampliação do acervo de referências tanto teóricas quanto práticas a serem incorporadas no processo formativo que agora se inicia na sua trajetória como educador de uma Escola da Escolha.

As referências bibliográficas utilizadas na concepção desse Caderno e recomendadas para os seus estudos podem ser encontradas no Caderno Concepção do Modelo da Escola da Escolha.





